



## FICHA DE COMPONENTE CURRICULAR

<b>CÓDIGO:</b> FADIR39301	<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b> Legislação e Direito Ambiental	
<b>UNIDADE ACADÊMICA OFERTANTE:</b> Faculdade de Direito		<b>SIGLA:</b> FADIR
<b>CH TOTAL TEÓRICA:</b> 45 horas	<b>CH TOTAL PRÁTICA:</b> 0 horas	<b>CH TOTAL:</b> 45 horas

### 1. OBJETIVOS

Dominar e articular os conteúdos específicos do Direito Ambiental com efetivo conhecimento de sua linguagem, seus processos de produção e instrumentos existentes aptos a identificar, questionar e propor soluções para os problemas socioambientais, assim como, dialogar e produzir o conhecimento teórico-prático necessário para o exercício da profissão e para ser um agente de transformação social comprometido com a construção de uma sociedade plural, justa, livre, democrática e inclusiva.

Traduzir para o exercício profissional o conhecimento e as tecnologias disponíveis ao uso racional sustentável dos recursos naturais, associados à manutenção e equilíbrio dos ecossistemas, ao saneamento e à saúde humana, objetivando a preservação e valorização da vida em todas as suas formas e manifestações.

### 2. EMENTA

O Direito e o sistema jurídico no Brasil. A afirmação dos Direitos Humanos e Fundamentais. O surgimento do Direito Ambiental e sua missão. O meio ambiente na Constituição Federal de 1988. Direito ambiental brasileiro e as Políticas Públicas ambientais. Legislação Ambiental no Brasil e a tutela da (bio)diversidade e das minorias ambientais. Responsabilidade Ambiental.

### 3. PROGRAMA

O DIREITO

O Direito como ciência normativa

Conceito de Direito e de norma

Definição do objeto do Direito

O sujeito de Direito

A relação jurídica

O SISTEMA JURÍDICO

A estrutura do Estado

Os 3 poderes

A estrutura do Poder Judiciário

O Ministério Público

A administração pública

Os órgãos ambientais

OS CENTROS DE PRODUÇÃO NORMATIVA

O ordenamento

O processo legislativo

A hierarquia das normas

Antinomia das normas

Inconstitucionalidade e controle de convencionalidade das normas

DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS

A afirmação histórica dos direitos

A efetividade dos direitos

Políticas Públicas

SURGIMENTO DO DIREITO AMBIENTAL NO BRASIL E NO MUNDO

Os desastres ambientais

Os movimentos ecológicos

As conferências da ONU

Os tratados e os acordos

A legislação sobre recursos naturais pioneira (Constituições do Brasil, Código de águas, Código Florestal, Lei do Pau Brasil etc,)

O BEM AMBIENTAL E O DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO

Bem ambiental

A Política Nacional de Meio Ambiente (L. 6938-81)

A lei da Ação Civil Pública (L. 7347-85)

A CF88

As Políticas Públicas Ambientais

O MEIO AMBIENTE NA CF88

Conceito de meio ambiente

Bem ambiental

Direitos e Deveres fundamentais

Competências

Meio ambiente do trabalho e cultural

Artigos esparsos

A PRINCIPIOLOGIA DO DIREITO AMBIENTAL

Princípio da Ubiquidade  
Princípio do Desenvolvimento Sustentável  
Princípio da vedação do retrocesso  
Princípio da precaução  
Princípio da Prevenção  
Princípio do Poluidor-pagador  
Princípio da Participação  
Princípio da Cooperação  
Princípio da Função Socioambiental da propriedade

#### LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Política Nacional de Meio Ambiente  
Política Nacional de Recursos Hídricos  
Política Nacional de Gerenciamento Costeiro  
Política Nacional de Resíduos Sólidos  
Política Nacional da Biodiversidade  
Código Florestal  
SNUC  
Lei do Patrimônio Genético (L. 13.123-15)  
Lei de Crimes Ambientais  
Resoluções do CONAMA e de outros Conselhos Nacionais

#### RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Responsabilidade Civil  
Responsabilidade Administrativa  
Responsabilidade Penal

#### MINORIAS AMBIENTAIS E INCLUSÃO SOCIAL

Comunidades tradicionais  
Quilombolas  
Deslocados e refugiados ambientais  
Portadores de Necessidades Especiais  
Racismo ambiental  
Minorias Ambientais

#### 4. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MACHADO, P. A. L. Direito ambiental brasileiro. São Paulo: RT, 2016.

MILARÉ, É. Direito do ambiente. São Paulo: RT, 2015.

CANOTILHO, J. J. G.; LEITE, J. R. M. (Org). Direito constitucional ambiental brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2017.

## 5. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CURIA, L.R.; CÉSPEDES, L. ; NICOLETTI, J. Código florestal . São Paulo: Saraiva, 2014.
- GRANZIERA, M.L.M. Direito de águas : disciplina jurídica das águas doces. São Paulo: Atlas, 2014.
- LEITE, J. R. M.; AYALA, P. Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial. São Paulo: RT, 2014.
- PISTORI, E.C. Legislação ambiental. Uberlândia: Roma, 2007.
- SALVADOR-NETTO, A.V.; SOUZA, L. A. Comentários à lei de crimes ambientais lei n. 9.605/1998. São Paulo: Quartier Latin, 2009.
- STEIGLEDER, A. Responsabilidade civil ambiental. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

## 6. APROVAÇÃO

Solange Cristina Augusto  
Coordenador(a) do Curso de Ciências  
Biológica

Luciana Zacharias Gomes Ferreira  
Coelho  
Diretor(a) da Faculdade de Direito



Documento assinado eletronicamente por **Solange Cristina Augusto, Coordenador(a)**, em 04/08/2023, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Zacharias Gomes Ferreira Coelho, Diretor(a)**, em 16/11/2023, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4681655** e o código CRC **74100B73**.